



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 09 • 10 a 30/10/2004 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

21/10/2004 - A Crise Energética da China.....p.01

O aumento da demanda energética vem implicando em uma nova postura política por parte de Pequim na busca pela segurança energética.

29/10/2004 - Eleições dos EUA: possíveis cenários e impactos mundiais ..p.04

As eleições nos Estados Unidos têm repercussão não só no país como no mundo todo. Dependendo do candidato vencedor pode-se esperar algumas diferenças na política externa estadunidense e, por consequência, em todo o cenário mundial.

29/10/2004 - O Banco Mundial: dos empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de desenvolvimentop.09

Em agosto de 2004, um dos principais instrumentos de empréstimo do Banco Mundial, os empréstimos para o ajuste, foi substituído pela nova Política de Empréstimos para o Desenvolvimento. Esta mudança de estratégia pretende adaptar o BM à nova conjuntura política e econômica internacional, porém sem alterar os fundamentos e os princípios que norteiam a instituição desde os anos 80.

Resenhas

15/10/2004 - Representantes do Mercosul se preparam para Cúpula Presidencial de Ouro Pretop.14

Negociações entre representantes do Mercosul em diferentes setores articulam propostas de reformulação de alguns pontos do Protocolo de Ouro Preto.

21/10/2004 - Novas perspectivas para o Comércio entre Brasil e China.....p.16

Os acordos comerciais assinados entre o Brasil e a China geram grandes expectativas quanto ao acesso ao gigantesco mercado chinês, mas também temor de uma invasão de eletrônicos da China no Brasil.

21/10/2004 - Brasil, Argentina e México: semelhanças e diferenças no contexto de crescimento econômico da América Latinap.20

O Mercosul negocia um acordo de livre comércio com a União Européia e ao mesmo tempo revê organização interna no marco de sua primeira década de funcionamento.

21/10/2004 - Ofensiva militar israelense à Faixa de Gaza e atentados terroristas no Sinai.....p.23

Durante 17 dias, o governo israelense empreendeu uma ofensiva militar à Faixa de Gaza responsável pela morte de cerca de 115 palestinos. Dias após o início da operação, por volta de 26 turistas israelenses foram mortos em atentados terroristas a balneários localizados na Península do Sinai, no Egito.

21/10/2004 - OPEP, Clima, Geopolítica e o Petróleo.....p.25

Apesar do aumento da produção fatores climáticos e geopolíticos são os principais responsáveis para o aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

22/10/2004 - Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti.....p.27

Desde o final de setembro, confrontos entre partidários do ex-presidente Aristide e a polícia já deixaram mais de 50 mortos no Haiti. O agravamento da crise desafia a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

28/10/2004 - Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidentep.29

No sábado, dia 9 de outubro, pela primeira vez a população do Afeganistão escolhe seu governante pelo voto direto. Ademais dos diversos problemas ocorridos, autoridades internacionais acreditam que o país está em direção à democracia.

A Crise Energética da China

Análise
Economia e Comércio / Segurança

Daniel Ferreira Mendes
21 de outubro de 2004

O aumento da demanda energética vem implicando em uma nova postura política por parte de Pequim na busca pela segurança energética.

A China vem passando por uma crise energética sem precedentes. O boom econômico não foi acompanhado por projetos de infraestrutura que fossem capazes de suprir a demanda por energia da população e das fábricas. O premier chinês, Wen Jiabao, pediu um amplo esforço de todos como meio de aliviar o problema, inclusive cortando a força de companhias poluidoras. Uma série de medidas para economizar energia já está em vigor. Entre elas estão os apagões, desligamento de iluminação pública, suspensão do trabalho em fábricas e racionamento de energia.

Neste ano a defasagem de energia elétrica deve se aproximar de 30 milhões de kilowatts e para atender essa demanda vários investimentos pesados, apesar de tardios, começam a ser feitos em novas usinas. O problema é tão grave que já se ordenou o envio de carregamentos de emergência de carvão para o sul e leste do país para tentar conter a situação. Mas, com mais de 90 novas usinas de carvão, há preocupação de que a poluição do ar no país possa aumentar muito.

Há também o projeto da “superusina hidrelétrica” de Três Gargantas que deve ficar pronta em 2009. Quando estiver em pleno funcionamento, a usina vai tirar o título de primeira do mundo da usina binacional de Itaipu e terá a capacidade de suprir um décimo das necessidades do

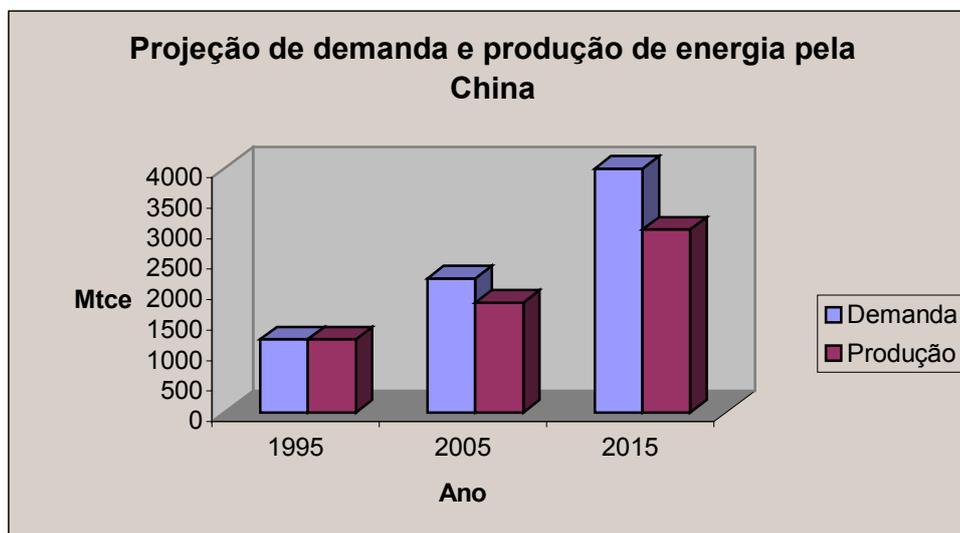
país. Embora o impacto ambiental desse projeto também seja muito questionado pelo fato de deixar desabrigadas mais de 600 mil pessoas, a procura pelas ações tem sido grande, pois muitos vêem a compra das ações da usina como um investimento sem riscos.

Os problemas se multiplicam quando o assunto é o petróleo. Nos oito primeiros meses do ano as importações de petróleo da China já cresceram 39,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os 110 milhões de barris que os chineses devem importar este ano já posicionam o país como o segundo maior consumidor de petróleo no mundo, à frente do Japão e atrás somente dos Estados Unidos. O impacto desse aumento na demanda é um dos principais fatores na desenfreada elevação dos preços do produto no mercado internacional.

Para piorar a situação a gigante petroleira russa Yukos interrompeu suas exportações para a maior companhia de petróleo da China enquanto tenta sobreviver à condenação de pagar impostos bilionários atrasados.

As previsões para 2020 são de que a China dependa da importação de 60% do petróleo que consome e 30% do gás natural. A diferença entre a oferta doméstica e a demanda impele o governo chinês a procurar fora do país por fontes de energia e abandonar o seu objetivo tradicional de auto-suficiência. O tema

tem, desde então, se tornado importantíssimo entre os analistas que estão preocupados sobre as implicações na política internacional que podem advir da busca da segurança energética pela China.



Fonte: Los Alamos National Laboratory

A política chinesa sobre o petróleo e a alteração do plano de auto-suficiência para um modelo de país importador do produto data de meados da década de 80. Essa postura mudou o panorama político e o petróleo passou de um meio de influência nas relações internacionais de Pequim para um elemento de vulnerabilidade que pode sujeitar a China a pressões externas não desejáveis.

Foi divulgado recentemente um relatório elaborado pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos que mostra que esta demanda irá afetar adversamente o mercado de energia mundial e a segurança energética dos Estados Unidos.

Para garantir a sua segurança energética e, principalmente, o suprimento adequado de petróleo os chineses passaram a exercer várias atividades no setor como investimento em exploração de petróleo e desenvolvimento de projetos além-mar além de discutir a exequibilidade de vários oleodutos transnacionais, planos de uma reserva estratégica de petróleo,

adequação das refinarias para o tipo de petróleo do oriente médio entre outras medidas.

Como forma de melhorar sua situação como importadora no mercado internacional a China vem buscando uma diversificação nos seus principais fornecedores assim como EUA e Japão. Um dos pontos positivos nisto é reduzir a dependência da China do petróleo do Oriente Médio e fugir assim da volatilidade política da região. Outro é garantir um maior controle da produção doméstica.

Os líderes chineses estão também preocupados com os efeitos que a dependência externa de petróleo possa causar. Os analistas chineses vêem os EUA como a maior ameaça à segurança energética chinesa. Eles crêem que os estadunidenses estão desconfortáveis com o crescimento chinês e suspeitam que eles possam tentar constrangir a emergência da China como um potencial rival e que a mudança chinesa de exportadora para importadora de petróleo possa ser um

nova área que os Estados Unidos podem explorar para pressionar a China.

Os EUA têm usado a sanção econômica como uma importante ferramenta no mundo pós-Guerra Fria e dada a carência de aliados e a pressão econômica estadunidense, os chineses temem a ameaça e imposição de sanções petrolíferas. Isso também explica porque a China tem tentado diversificar seus fornecedores. Ásia Central e Rússia são regiões menos vulneráveis à força dos EUA do que o Golfo Pérsico e as áreas marítimas que o ligam até o sul do Mar da China (região com controle marítimo dos EUA) A falta de presença militar estadunidense na Ásia Central têm entusiasmado a China na construção do oleoduto até o Cazaquistão o que evitaria a rota marítima.

Além disso os chineses querem reduzir a sua vulnerabilidade ao poder estadunidense no Oriente Médio. A desvantagem se dá ao pouco poder de influência que eles têm em comparação com os EUA, Japão e países europeus na região. O governo chinês acredita que cultivar fortes relações bilaterais com países produtores de petróleo do Oriente Médio pode ajudá-los a garantir o suprimento que necessitam advindo desta região.

Economicamente a estratégia utilizada é a que os analistas chamam de “duas importações e uma exportação”. “Duas importações” se referem a importação de petróleo e de capital para investimento na indústria petrolífera chinesa. A “uma exportação” refere-se ao investimento em exploração de petróleo e desenvolvimento de projetos para a região por parte dos chineses. Politicamente o uso da diplomacia é o método mais utilizado principalmente para conquistar países que estão infelizes com a presença estadunidense, principalmente o Irã. Militarmente a China pode usar a venda de armas como meio de estreitar relacionamentos e diminuir o custo da

importação de petróleo. Os chineses têm um histórico de vendas militares para o Irã e Arábia Saudita, Mas isto pode ser difícil já que o resultado pode abalar as relações sino-americanas.

Referência

[BBCBRASIL](#)

[CNN](#)

[INTERNATIONAL ENERGY AGENCY](#)

[LOS ALAMOS NATIONAL LABORATORY](#)

[RAND.ORG](#)

Eleições dos EUA: possíveis cenários e impactos mundiais

Análise
Segurança / Desenvolvimento

Vinicius Alvarenga
29 de outubro de 2004

As eleições nos Estados Unidos têm repercussão não só no país como no mundo todo. Dependendo do candidato vencedor pode-se esperar algumas diferenças na política externa estadunidense e, por consequência, em todo o cenário mundial.

No dia 2 de novembro acontecem as eleições nos EUA. O acontecimento tem não só relevância para o povo estadunidense, como também é importante para as expectativas dos governantes do mundo inteiro, tendo em vista a posição de supremacia econômica, política e militar dos Estados Unidos. As atenções dentro e fora do país estão voltadas para quem será o novo presidente e quais serão as implicações para o mundo desse resultado. Desta forma, as atenções ficam voltadas à continuidade de um governo republicano de George W. Bush ou a possibilidade de um novo governo Democrata, tendo à frente John F. Kerry.

As eleições passadas (ano 2000) foram marcadas por enormes problemas, principalmente o da recontagem dos votos e das acusações de fraude em alguns Estados. O presidente Bush foi eleito, mas com uma percentagem total de votos menor que Al Gore – seu adversário na época – o que foi possível graças às peculiaridades das eleições dos EUA.

A lógica do sistema eleitoral estadunidense permanece a mesma desde 1789, com eleições indiretas em que se vota nos delegados – pertencentes ao colégio eleitoral – que realizarão a votação

maior para decidir quem será o presidente. Tal sistema, no qual o candidato vencedor em cada Estado tem direito a todos os votos relativos àquele Estado (com exceção do Estado de Maine), mantém o domínio dos partidos dominantes, o Republicano e o Democrata, como salientou Pecequilo (2004)¹.

Desta vez, a eleição será de novo apertada. Pesquisas eleitorais demonstram os dois candidatos em empate técnico. O cenário é ainda indefinido. Para evitar alguns problemas observados nas votações, 11 Estados anteciparam as eleições, que vão durar até o dia das eleições oficiais. A Flórida é um deles, que decidiu por antecipar o processo tendo em vista os problemas das últimas eleições. A Flórida está entre os Estados mais importantes nas eleições, pois tem um número de votos alto (27) e nas recentes pesquisas os dois candidatos estão virtualmente empatados, possuindo ainda um grande número de eleitores indecisos.

Não só o dia, como também a forma de votar foram mudados em alguns Estados,

¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. “O Ano Eleitoral: Primeiras Avaliações”. Colunas do Relnet No.9, mês 1-6, ano 2004. Acesso em 21/10/04.

com a introdução de um sistema informatizado e a realização de votações por computadores. Porém, mesmo com as mudanças, alguns problemas permanecem, como as falhas em computadores. Há também críticas quanto ao adiantamento das votações e algumas acusações de irregularidades, principalmente os chamados votos em trânsito (realizado pelos correios, por exemplo) que sempre geram confusões. Várias entidades e organizações não governamentais estão preocupadas com possibilidades de fraudes.

Alguns Estados podem ser considerados chave no processo eleitoral. A Flórida, com direito a 27 votos, é um deles. Estados como Nevada, Arkansas e New Hampshire, apesar de terem poucos votos do total, são importantes, pois são Estados que nas últimas pesquisas os candidatos estão quase empatados e que nas últimas quatro eleições apoiaram dois candidatos de cada partido. Um dos Estados que também não demonstra seguir uma tradição partidária e que os candidatos estão muito próximos na pesquisa é Ohio. Porém, Ohio dá direito a 20 votos no Colégio Eleitoral, o que pode ser decisivo. A Pensilvânia, outro Estado considerado um *Swing State*², com direito a 21 votos, também será chave. Nos rumos finais das eleições, os candidatos devem se esforçar para atrair os candidatos indecisos nos Estados, principalmente aqueles em que estão empatados nas pesquisas. O certo é que provavelmente a eleição será muito apertada e até mesmo um pequeno Estado poderá ser crucial na decisão final.

Outra questão de muita importância nessas eleições quanto aos prováveis eleitores (*likely voters*), pois como não é obrigatório votar nos EUA os prováveis

eleitores podem se tornar uma grande base de apoio. O comparecimento às urnas pode ser decisivo. Os democratas são os que mais tem interesse em motivar sua base para votar, o que poderia ser crucial para o candidato Kerry superar a diferença que têm com relação a Bush.

Os dois candidatos têm a preferência em determinados temas. Kerry se dá bem com os eleitores em temas econômicos e de saúde. Bush é normalmente visto como o melhor na área de segurança, principalmente o combate ao terrorismo e questões externas, como o Iraque. Porém, os temas considerados mais importantes pelos eleitores estadunidenses são justamente os que o candidato republicano demonstra-se mais bem preparado. Bush é tido como o principal comandante em chefe (*commandant in chief*), ou seja o mais forte nas tomadas de decisão em questões de segurança.

Se dentro dos Estados Unidos não há, ainda, uma definição clara quanto ao melhor candidato para o país, fora dos Estados Unidos também se discute qual será o novo presidente e qual serão as possíveis conseqüências da nomeação. A opinião pública na maioria dos países é contrária à atual administração Bush e contra a reeleição do presidente. Isto se deve principalmente à invasão do Iraque sem a autorização específica inicial da ONU e sem a aprovação do Conselho de Segurança. Desde então, os Estados Unidos vêm sendo acusados de agirem unilateralmente e de desrespeitar diversos acordos e tratados multilaterais, tendo como justificativa a Guerra Contra o Terror – como é denominada sua política de combate ao terrorismo, adotada mais veementemente depois dos atentados de 11 de setembro. Principalmente nos países árabes há grande rejeição ao presidente e demonstra-se de forma mais exacerbada um anti-americanismo na população.

Porém, o mais importante a ser analisado são as propostas de cada presidente quanto ao rumo de sua política externa e

² *Swing States* são os Estados sem tradição em apoiar algum partido específico e que os candidatos aparecem empatados ou com pequenas margens de vantagem, ou seja, são os Estados ainda em disputa, com os votos a serem definidos, que irão decidir as eleições no final.

as possíveis conseqüências, o que vai gerar impactos diferenciados para cada país e para cada área temática das Relações Internacionais.

Cada candidato tem sua base de atuação internacional pré-definida. Na questão das negociações comerciais, por exemplo, percebemos diferenças que podem ser importantes para certos países. Apesar de os Estados Unidos ainda permanecerem, de certa forma, protecionistas, o governo Bush permitiu certos avanços nas negociações comerciais multilaterais e bilaterais, vantajosas para alguns países como o Brasil. Já a proposta do candidato democrata Kerry, prevê uma política comercial muito mais restritiva e protecionista, sendo uma de suas posições a de que algumas negociações comerciais estariam exportando empregos dos estadunidenses para outros países. Desta forma, um governo Democrata, que sempre demonstrou mais protecionista, seria prejudicial para grandes parceiros comerciais dos EUA e para instituições como a OMC, que provavelmente sairia ainda mais enfraquecida e suas rodadas seriam ainda mais difíceis de serem concretizadas.

Quanto à questão do Iraque, Bush, caso reeleito, tem a intenção de aumentar as tropas para 138.000 soldados estadunidenses para o meio de 2005, para assegurar o funcionamento das instituições democráticas no país, tendo em vista eleições para a Assembléia Geral iraquiana em Janeiro de 2005 e a eleição para o governo permanente iraquiano em Dezembro de 2005. Já Kerry, que diz que o governo Bush não soube administrar a guerra, diz que deverá reduzir as tropas no Iraque já nos primeiros seis meses. Seu plano inclui ainda uma aproximação com países que foram inicialmente contra a guerra, além de usar de meios diplomáticos para envolver aliados na segurança do Iraque. Kerry indica ainda uma maior participação da ONU e de países próximos ao Iraque na reconstrução civil do novo governo iraquiano. Ambos

os candidatos têm como intenção envolver mais a OTAN na segurança iraquiana.

Kerry criticou a forma como foi levada a guerra, mesmo apoiando-a como senador na época. Porém, afirma que teria gasto os 200 bilhões do contribuinte estadunidense de uma forma mais proveitosa, e que incluiria mais países para a coalizão e utilizaria menos tropas do exército dos Estados Unidos. Quanto ao Iraque, porém, é difícil saber se seria possível alguma atuação diferente após a invasão. Resta saber como o candidato eleito promoverá de forma satisfatória a reconstrução do país devastado com a guerra, com as sanções e com os diversos grupos insurgentes, e como será feita a transição democrática no país, algo que afetará toda a relação dos EUA com o Oriente Médio.

Seguindo uma tradição democrata, o candidato John Kerry, teria melhores condições que Bush de incluir as organizações internacionais no plano de sua política externa, assim como estabelecer maior conversação com países europeus e outros. Essa é uma das principais diferenças entre os dois candidatos quanto às questões de política externa.

Fora dos Estados Unidos a eleição é aguardada como sendo decisiva e importante para vários países e por diversas razões. Países como Índia, Arábia Saudita e Indonésia revelam preocupações quanto ao aumento do protecionismo comercial ou quanto à probabilidade do acirramento da guerra contra o terror e dos impactos em suas populações muçulmanas. Líderes israelenses e palestinos aguardam ansiosamente o resultado do pleito. Ariel Sharon, premiê Israelense, espera contar ainda com o apoio de Bush reeleito. Para os palestinos há a esperança de situações mais favoráveis nas negociações em um governo de Kerry. Irã e Coréia do Norte também podem ser os próximos alvos das políticas de segurança e de não proliferação, sendo que Kerry se

demonstra mais preocupado com a ameaça causada por estes países. Há uma distinção nítida na posição dos dois candidatos quanto à Coreia do Norte. Kerry diz que realizará negociações bilaterais com o país, excluindo dessa forma Japão, Coreia do Sul e China das negociações, o que pode prejudicar suas relações com os mesmos.

Na América Latina, questões econômicas e negociações comerciais talvez sejam as mais importantes. Países como Colômbia, Venezuela, Haiti e Cuba têm preocupações quanto às políticas de segurança de cada candidato para a América Latina. A Colômbia tem grande necessidade de apoio militar e financeiro para manter o combate às guerrilhas e ao narcotráfico. A Venezuela, de Hugo Chávez, torce contra a permanência de Bush. Os demais países da América Latina, como grandes parceiros comerciais dos EUA, têm certa cautela quanto à possibilidade da ascensão de Kerry e seu discurso protecionista. Por isso o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva vem demonstrando sua preferência pelo candidato republicano.

Na Europa, aguarda-se para avaliar o quanto o bloco permanecerá como centro das atenções estadunidenses. A guerra do Iraque, iniciada pelos EUA, dividiu o bloco, colocando dificuldades para as intenções da formação de uma política externa e de segurança comuns, tendo em vista, por exemplo, a entrada na guerra do Reino Unido, Espanha e outros 15 países e a oposição da França, Alemanha e outros à decisão. Bush tenderia a permanecer duro em sua política, privilegiando a guerra contra o terror e tendo como lema o “ou estão conosco ou estão contra nós”, permanecendo um complicador para a união do bloco europeu, principalmente para as intenções dos franceses de liderança em um bloco europeu unido. Já Kerry, que acena com uma ação dita mais multilateral, seria de mais fácil aceitação para franceses e alemães.

Para Bush os Europeus não têm a mesma importância que tiveram no período da Guerra Fria, sendo tão importantes quanto o Paquistão ou a Arábia Saudita. As alianças construídas seriam um meio para atingir determinado fim específico. Já para Kerry a aliança com os europeus deveria ser a principal questão de política externa, sendo que no geral, as alianças deveriam conformar instituições permanentes para a estabilidade do sistema internacional. (Stratfor)

Bush tende a utilizar as alianças de acordo com os interesses da política externa estadunidense, sem limitar suas ações caso haja resistência da aliança. Já Kerry demonstra o ajustamento de suas políticas tendo como objetivo o consenso e a acomodação de diferentes pontos de vista nas alianças ou instituições. Bush acredita que os EUA não podem ter sua ação limitada pelas instituições e Kerry acredita que os EUA devem preservar as instituições para a estabilidade do sistema.

Assim, os diversos líderes tenderiam a preferir um governo que desse atenção aos seus pontos de vista a um governo que simplesmente os forçasse a agir conforme cada caso. A opinião pública internacional também irá preferir um governo que negocie nas diversas instituições e não um governo que coloque a questão e force as alianças a seguirem suas orientações.

A credibilidade diplomática com alguns aliados, principalmente europeus, é um dos problemas para o próximo presidente. As relações desgastadas após a invasão do Iraque tornar-se-ão empecilhos para o novo governo. Refazer o consenso internacional será de suma importância. Nesse quesito parece que Kerry indica em suas propostas ir mais nesse sentido e conduzirá mais sua política em direção à formação de uma maior base de apoio. Já Bush, indica que continuará engajado em sua luta contra o terror e colocando esta como prioridade de sua política externa. Para a imprensa internacional e a opinião

pública, Bush tem, em nome desta guerra contra o terror, repartido o mundo de forma maniqueísta, em bem versus o mal, e prejudicado o diálogo com outras grandes potências, com organizações internacionais como a ONU e desrespeitando acordos e o Direito Internacional. No entanto, mesmo Kerry, se eleito, conduziria sua política externa de forma a diferenciar aliados e adversários e a forçar todos a participar no combate ao terrorismo e aos Estados considerados “inimigos”, como Coréia do Norte e Irã.

De uma certa forma, os dois presidentes demonstram engajados na defesa de que os EUA devem sim agir unilateralmente toda vez que for colocada em risco sua segurança e toda vez que os interesses estadunidenses forem contrariados. Desta forma, é difícil esperar que Kerry, dada uma situação extrema como os ataques de 11 de Setembro, aja de forma muito diferente de Bush. Uma mudança de partidos não implicará em mudanças substanciais na forma de conduzir as relações externas dos EUA.

Mesmo que a direção e orientação sejam diferentes tendo à frente o candidato republicano ou o democrata, não deverá haver mudanças profundas na condução da política externa estadunidense. Em algumas questões específicas pode haver evoluções ou retrocessos, dependendo das tradições de cada partido e das circunstâncias de cada situação. Porém, uma visão realista de política internacional demonstra que os padrões de atuação da superpotência irão permanecer os mesmos, visando sempre a manutenção do *status quo*.

Referência

[Site Oficial da Campanha de George W. Bush](#)

[Site Oficial da Campanha de John F. Kerry](#)

[La Times](#)

[BBC](#)

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[The Washington Post](#)

[Council on Foreign Relations](#)

[Foreign Affairs](#)

[Relnet](#)

O Banco Mundial: dos empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de desenvolvimento

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Prof. Javier Vadell
29 de outubro de 2004

Em agosto de 2004, um dos principais instrumentos de empréstimo do Banco Mundial, os empréstimos para o ajuste, foi substituído pela nova Política de Empréstimos para o Desenvolvimento. Esta mudança de estratégia pretende adaptar o BM à nova conjuntura política e econômica internacional, porém sem alterar os fundamentos e os princípios que norteiam a instituição desde os anos 80.

O Banco Mundial anunciou, em agosto de 2004, o estabelecimento de uma nova política de créditos, denominada Política de Empréstimos para o Desenvolvimento (*Development Policy Lending*), após dois anos de estudos e de um processo de autocrítica da instituição. Essa nova política visa substituir os antigos empréstimos para o ajuste (*Adjustment Lending*) por uma nova modalidade de créditos para o desenvolvimento. Os empréstimos para o ajuste concedidos pelo Banco Mundial somaram 18.500 milhões de dólares no ano de 2003.

A instituição Banco Mundial, na realidade, é um grupo de cinco organizações financeiras que agem em conjunto e coordenadas entre si: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (*International Development Association*), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantias de Investimento e o *Centre for Settlement of Investment Disputes*. Esse conjunto de instituições, junto com o Fundo Monetário

Internacional, foi criado a partir do Acordo de Bretton Woods, em 1944, com o objetivo de evitar crises econômicas como a de 1929.

Nesse sentido, a primeira função do Banco Mundial foi a de outorgar empréstimos para a reconstrução do pós-guerra, especificamente na Europa. Porém, como afirma Eichengreen, o total de seus compromissos para com a Europa entre maio de 1947 - quando fez seu primeiro empréstimo - e o final de 1953, período que compreendeu a vigência do Plano Marshall, somou apenas US\$ 753 milhões, ou pouco mais de 5% da ajuda prestada através do Plano de Marshall. Fatores estruturais como o surgimento do mundo bipolar e a Guerra Fria fizeram que os Estados Unidos outorgassem uma ajuda extraordinária com o objetivo de acelerar a reconstrução e a unificação da Europa Ocidental, deixando em segundo plano o Banco Mundial nessa tarefa.

No período da Guerra Fria, se estabeleceu um consenso econômico internacional, inspirado nas idéias do economista britânico John Maynard Keynes e do representante do Secretário de Tesouro



estadunidense Dexter White, principais negociadores e arquitetos do Acordo de Bretton Woods em 1944, que priorizava a estabilidade interna dos Estados, o pleno emprego e o controle de capitais financeiros como condição para uma economia internacional estável e um comércio livre. O Banco Mundial, como instituição de Bretton Woods, não é alheio a esses princípios. Nesse sentido, o sucesso da reconstrução europeia e do Japão nos anos 60 contribuiu para consolidar os princípios liberais desenvolvimentistas dentro do mesmo Banco sob a presidência de Robert McNamara (1968-81). O pensamento do Presidente do Banco e de seus assessores era que a pobreza e a miséria dos países de Ásia, América Latina e África criavam as condições para a expansão do comunismo. Nesta época, pode-se dizer, o Banco Mundial assume como princípio reitor a luta contra a pobreza.

Contudo, nos anos 80, após uma década de crises financeiras, subida do preço de petróleo, crise fiscal do Estado e crescimento do processo inflacionário, ressurgem as idéias liberais econômicas ou neoliberais, principalmente na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan, com o comando econômico de Paul Volcker, Presidente do Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve Board*), eleito em 1979. A elevação internacional das taxas de juros afetou de maneira dramática os países endividados, principalmente os economicamente mais débeis.

Nessa época e paralelamente se produz uma mudança substancial no interior do BM. O então economista-chefe, Hollis Chenery, um economista “desenvolvimentista” com PHD em Harvard é substituído na direção de pesquisa do Banco, por Anne Krueger, uma defensora do liberalismo econômico. A partir de então, e num contexto de crise da dívida nos países de América Latina, o Banco Mundial tem desenvolvido uma

série de mudanças nas políticas de empréstimos. Surgem então os “créditos ou empréstimos para o ajuste”. Essas políticas de ajustes foram resumidas por Williamson com o rótulo como “Consenso de Washington”. Isto é: o combate ao déficit fiscal; prioridade ao gasto público; reforma impositiva; taxas de juros determinadas pelo mercado (e não pelos burocratas); taxa de câmbio competitiva para favorecer o comércio; política de abertura comercial; favorecimentos à entrada de investimento direto externo – o contrário seria um nacionalismo econômico mal visto por Washington; privatização; desregulamentação da economia; e nova legislação a respeito dos direitos de propriedade.

Especificamente, no relatório do Desenvolvimento do Mundo de 1991, intitulado: O Desafio do Desenvolvimento o Banco Mundial recomenda uma reaproximação ao mercado (“*market-friendly approach*”) por parte dos países em desenvolvimento. O “desafio de desenvolvimento” equipara-se a uma série de políticas pró-mercado ou liberalizantes, para a qual se sugerem aos países em desenvolvimento políticas como: abrir as economias ao comércio e aos investimentos e evitar todo tipo de controles discricionários; implementar políticas “macroeconômicas satisfatórias”; evitar a inflação e manter baixo o déficit fiscal. Para isso devem ser criados os mecanismos para incentivar a poupança e o investimento. O Estado deveria se retirar de algumas áreas como a produção (e deixar para as firmas privadas essa área) e se preocupar com investimento humano e meio ambiente e fortalecer as instituições e as “formas não discricionárias de promover a equidade”.

Dos empréstimos para o ajuste para os empréstimos para o desenvolvimento

Em resumo, o Banco Mundial assume o novo papel, junto com o Fundo Monetário Internacional, de financiador dos ajustes

macroeconômicos dos Estados em desenvolvimento, ou seja: 1. incrementar o apoio financeiro para fortalecer o desenvolvimento e para aliviar as dívidas dos países; 2. apoiar as reformas políticas, isto é, promover os investimentos para as políticas orientadas para o mercado (*market-friendly*) e; 3. encorajar o crescimento sustentável.

Para esse objetivo, o Banco Mundial utilizou até agosto de 2004 duas linhas de financiamento.

1. Os “Empréstimos para o Investimento”, cujo objetivo é financiar a compra de bens, obras e serviços de apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social nos mais diversos setores;
2. os “Empréstimos para o Ajuste”, que têm como finalidade o financiamento de rápido desembolso para apoiar as reformas políticas e institucionais

A linha de financiamento *Empréstimos para Ajuste* foi substituída, em agosto de 2004, pela linha de Créditos ou Empréstimos para o Desenvolvimento. A antiga modalidade tinha por objetivo apoiar países com necessidades financeiras, de forma a viabilizar reformas em um setor ou na economia como um todo. Os empréstimos para ajustamento foram originalmente constituídos para apoiar reformas na política macroeconômica, incluindo reformas no comércio internacional e agricultura. Com o tempo, estes empréstimos se focaram mais sobre as reformas nas políticas sociais, estruturais, no setor financeiro e da administração de recursos do setor público. Atualmente, os Empréstimos para o Ajuste objetivam “promover a concorrência nas estruturas de mercado (por exemplo, a reforma regulatória e legal); corrigir as distorções no regime de incentivos (impostos, e reforma comercial); estabelecer apropriado monitoramento e salvaguardas (reforma no setor financeiro); criar um ambiente de

incentivos para os investimentos privados (reforma no judiciário, adoção de modernos códigos de investimentos); encorajar a atividade do setor privado (privatizações e parcerias público-privado); promover a boa governança (reformas dos serviços civis) e; mitigar os efeitos adversos do ajustamento (estabelecimento de fundos de proteção social)”.

As condições impostas pelo Banco para a obtenção desse tipo de empréstimo se baseiam na concordância por parte do tomador dos empréstimos sobre a política de monitoramento pelo Banco, implementação de reformas institucionais, bem como, de uma satisfatória administração macroeconômica. Ainda segundo o Banco, a coordenação com o FMI é uma parte essencial para a preparação de um empréstimo para o ajuste.

Que mudanças estão previstas na nova estratégia do Banco Mundial em relação aos empréstimos? James Adams, vice-presidente do Banco Mundial, expressou que as mudanças na política do Banco em relação aos créditos (a substituição da modalidade de Empréstimos para o Ajuste pela denominada Empréstimos para o Desenvolvimento) implicarão que os países credores terão mais poder para decidir seus próprios planos econômicos, a partir de um enfoque de mais longo prazo. Essa mudança seria fruto de anos de trabalho a partir da experiência, e também de autocrítica, segundo alguns documentos oficiais. Adams reconhece que não existe um modelo único a se seguir por parte dos países e que não é uma simples mudança de semântica. Os programas de ajuste obrigavam os Estados a realizar políticas muito prescritivas em matéria de ajuste fiscal, políticas de comércio e de preços. Em contrapartida, afirma Adams, os novos empréstimos para o desenvolvimento são mais abrangentes e contemplam mais assuntos (por exemplo: meio ambiente, reforma no sistema de saúde, educação,

agricultura) que implicam em mudanças estruturais de longo prazo. O último ponto importante salientado pelo vice-presidente do Banco é que os Estados terão mais controle sobre suas próprias reformas. Isto é, deve existir um forte compromisso por parte dos governos na aplicação das reformas, que devem ser encaradas como políticas desses governos e não como impostas externamente.

Alguns analistas vêem essas mudanças com otimismo, outros, mais críticos, afirmam que pouco muda, e que se trataria de uma maquiagem. Em realidade, a mudança na estratégia se deve a um conjunto de fatores.

1. A década de 90 foi um período de reformas estruturais liberalizantes nos países em desenvolvimento de América Latina, Europa do Leste, Ásia e África. As Políticas do “Consenso de Washington”, as reformas de primeira geração, foram aplicadas e sustentadas pelo FMI e o Banco Mundial com uma estratégia fortemente prescritiva, como expressa Adams. Isso implica que não faria sentido continuar falando de ajuste para as reformas quando a maior parte desses países já implementou as ditas políticas, em alguns casos com um custo social muito elevado.

2. Outro fator é que essa mudança de estratégia foi anunciada numa conjuntura econômica internacional relativamente boa, com taxas de crescimento razoáveis em 2003, e com previsões ainda melhores para o 2004, conforme hiperlink tabela.

3. O terceiro fator talvez esteja relacionado a questões de prestígio e imagem do próprio Banco frente às desacreditadas políticas de empréstimo para o ajuste aplicadas nos países em desenvolvimento na década de 90. A mudança de termo (desenvolvimento por ajuste) não impediria ao Banco Mundial fazer empréstimos para reformas estruturais

orientadas ao mercado como anteriormente. A mudança de termo carrega um viés mais positivo, de políticas específicas e focalizadas para setores sociais desprotegidos. O objetivo do Banco Mundial é que essas políticas sejam percebidas por parte desses setores como sendo políticas dos governos dos países beneficiados pelos créditos, e não como pacotes de reformas impostas pelas organizações financeiras internacionais.

Nessa direção, pode-se afirmar que existem poucas mudanças substanciais na forma de outorgar os empréstimos para os países. Em primeiro lugar porque o Banco Mundial continua sendo um banco e, como toda instituição dessa natureza, exige avais e impõe condições. Em segundo lugar, apesar de que houve uma auto-crítica na estratégia implementada, em nenhum momento o Banco se afasta dos princípios liberais econômicos que defende desde os anos 80. Tratar-se-ia, agora, de reformas de segunda geração. Em terceiro lugar, alguns aspectos mais técnicos pouco mudam: a) para que os empréstimos sejam outorgados, exige-se que os países tenham políticas macroeconômicas satisfatórias; b) prevê-se uma estreita colaboração com o Fundo Monetário Internacional e, junto com isso, uma maior preocupação com a disciplina fiscal dos países prestatários.

Referência

“*Adjustment Lending Retrospective – Final Report*”, Operations Policy and Country Services. 2001. Disponível on line: <http://www.worldbank.org>

“*Development Policy Lending replaces Adjustment Lending*”, August 2004a. Disponível on line: <http://www.worldbank.org>

“*From Lending to Development Policy Lending: Update of World Bank Policy*”, August 2004b. Disponível on line: <http://www.worldbank.org>

“*World Development. The Challenge of Development*”, 1991. Disponível on line: <http://www.worldbank.org>

EICHENGREEN, Barry (2000) *A Globalização do Capital*, editora 34, São Paulo.

WILLIAMSON, John (1990) “What Washington means by policy reform”, in John Williamson, *Latin American Adjustment: How much has happend?* Washington: Institute for International Economics.

Representantes do Mercosul se preparam para Cúpula Presidencial de Ouro Preto

Resenha
Integração Regional

Camila Penna de Castro
15 de outubro de 2004

Negociações entre representantes do Mercosul em diferentes setores articulam propostas de reformulação de alguns pontos do Protocolo de Ouro Preto.

Representantes dos executivos e dos setores privados dos quatro países membros do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – vêm se reunindo nos últimos meses para discutir o estado atual dos acordos do bloco em seus respectivos setores.

Recife sediará, dia 15 de outubro, a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul que discutirá, entre outros temas, a viabilidade do programa de cooperação entre o Mercosul e a União Européia na área de Biotecnologia. As reuniões especializadas do Mercosul¹ se dão no âmbito do Grupo Mercado Comum e contam com a

participação de representantes dos quatro países que deliberam acerca de questões técnicas de seu setor.

As reuniões que estão sendo realizadas objetivam, entre outras coisas, reformular alguns pontos do Protocolo de Ouro Preto de 1994, antes da Cúpula de Presidentes a realizar-se na mesma cidade em dezembro próximo – dez anos após a criação do bloco. O resultado dessas reuniões é um documento que recebe o nome provisório de Ouro Preto II.

Nele estariam incorporadas as propostas feitas pelo ministro da economia argentino Roberto Lavagna, nomeadamente: mecanismos de compensação em caso de ajustes macroeconômicos equalização ou redução dos prêmios impositivos e financeiros às empresas brasileiras e integração das cadeias produtivas. Além dessas reformas comerciais, se prevê também uma série de reformas institucionais, como por exemplo a definição mais precisa da Comissão de Representantes Permanentes, sediada em Montevidéu e presidida atualmente por Eduardo Duhalde.

Em que pesem os avanços comerciais

¹ A estrutura organizacional do Mercosul consiste em Conselho Mercado Comum (CMC), órgão superior integrado por Chanceleres e Ministros de Economia (ou seus equivalentes) dos estados Partes – reúne-se no mínimo duas vezes ao ano. Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, da Economia ou Indústria e Comércio e dos Bancos Centrais dos Estados Partes – as reuniões especializadas são órgãos técnicos vinculados ao GMC. E Comissão de Comércio (CCM), órgão criado para acompanhar a implementação dos instrumentos de política comercial comum do Mercosul. Ele auxilia o GMC.

obtidos desde sua criação – notadamente os vários produtos comercializados com tarifa zero e que fazem parte da União Aduaneira incompleta – o Mercosul ainda enfrenta uma série de problemas internos que podem fragilizá-lo quando da negociação com outras partes, como no caso da União Européia .

Como verificado recentemente, no caso dos eletrodomésticos – geladeiras, televisores e fogões – a não restrição ao comércio pode prejudicar os setores produtivos equivalentes do outro país. Portanto, nesse caso, foram negociadas cotas de exportação desses produtos do Brasil para a Argentina, e iniciaram-se conversações entre os setores produtivos de ambos os países para construção de uma cadeia de produção no setor – incentivadas pelos respectivos governos .

O setor automotivo, o qual ainda não foi incluído na lista de produtos com tarifa zero, está sendo tratado de forma similar. Na Argentina nota-se um incentivo – tanto por iniciativa do governo quanto por parte das indústrias produtoras de automóveis e peças – para a especialização e formação de cadeias de produção, antes da abertura para o mercado brasileiro.

As tentativas de coordenação nas áreas que ainda apresentam dissenso e naquelas em cuja aplicação das regras acordadas não ocorre, devido a problemas de ordem burocrática, atendem a uma demanda do processo de integração. Em dezembro, quando os presidentes dos países membros se reunirão em Ouro Preto, espera-se que muitas dessas divergências e problemas de ordem burocrática já tenham sido sanados.

Referência

[Clarín](#)

[La Nación](#)

[El País](#)

[Mercosur](#)

[El Diario](#)

[Radiobrás](#)

Novas perspectivas para o Comércio entre Brasil e China

Resenha
Economia e Comércio

Daniel Mendes
21 de outubro de 2004

Os acordos comerciais assinados entre o Brasil e a China geram grandes expectativas quanto ao acesso ao gigantesco mercado chinês, mas também temor de uma invasão de eletrônicos da China no Brasil.

O encontro de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil e Hu Jintao, presidente da China, há duas semanas, foi marcado pelo fato do Brasil ter conferido a China o “status de economia de mercado”. Em troca deste reconhecimento, o Brasil exigiu que a China abrisse seu mercado aos produtos brasileiros e se comprometesse a investir em infra-estrutura no Brasil. Entre os imediatos beneficiários estão os produtores de carne bovina, suína e de frango, além da Embraer.

Ao considerar a China como economia de mercado o Brasil, em tese pelo menos, garante que os produtos chineses enfrentem menos salvaguardas nas relações comerciais entre os dois países. Isto vem frustrando muitos industriais que temem uma invasão dos produtos chineses, principalmente eletrônicos, no mercado brasileiro. Mas, segundo o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, apesar do reconhecimento, o Brasil não abriu mão dos instrumentos para agir na OMC (Organização Mundial do Comércio) e defender a sua economia.

“O Brasil não abriu mão das salvaguardas que tem, e não abriu mão da aplicação de regras *anti-dumping* dentro das condições

normais. O Brasil também não abre mão das alíquotas de importação, onde os setores mais delicados têm tarifas mais elevadas”, disse Furlan que ainda completou dizendo “O presidente Hu Jintao leva do Brasil um reconhecimento político que não tira do governo brasileiro todos os instrumentos que tem, de acordo com as normas da OMC, para agir no caso de haver desvios graves ou concorrência desleal em algum setor específico”

O fato é que os acordos comerciais entre Brasil e China serão agora regidos pela regra geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) ao invés da sujeição às regras especiais de “economias de não-mercado” a qual a China estava submetida.

Estes acordos comerciais entre Brasil e China, como dito antes, irão beneficiar os produtores brasileiros de carne bovina e frango e ainda estão em estudo medidas para garantir o acesso da soja e das frutas brasileiras a esse mercado. Para ajudar a remover os gargalos que atrapalham o crescimento das exportações brasileiras, também ficou acertado que haverá investimentos chineses em infra-estrutura no Brasil, em portos e estradas, que serão pagos com as próprias exportações agrícolas. Além disso, a China também demonstrou interesse em arrendar terras

no Brasil para produção agrícola. Mas será feito apenas o aluguel das terras, e não a compra de propriedades rurais.

Outro ponto discutido entre os presidentes foi a necessidade de incentivo que carece a *joint venture* formada entre Embraer e o país asiático para a construção de aeronaves. Esta empresa fundada em 2004 produziu sete aviões neste ano, mas entraria em 2005 sem nenhum pedido. A China, então, acertou a encomenda de dez aviões para o ano que vem. Os chineses também estudam a possibilidade de reduzir as taxas aeroportuárias para jatos regionais, como os da Embraer, reduzindo o custo do transporte de passageiros nesses aviões. Caso reduza as tarifas para jatos regionais, estaria dando incentivo financeiro para a escolha desse tipo de aeronave e, indiretamente, à Embraer.

A consideração de "economia de mercado" à China é o ponto mais polemico dos acordos e tem levantado diferentes opiniões. A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) tem feito veementes críticas a esta posição do governo. Em nota oficial, criticou a decisão tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação dos executivos da Federação, o reconhecimento impedirá que os empresários brasileiros consigam provar suas perdas provocadas pela importação de produtos chineses que são vendidos no Brasil a preços menores do que os de fabricação, o que tecnicamente é conhecido como dumping. Para justificar suas críticas, a Fiesp diz que a China "é o país contra o qual existe o maior número de medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo brasileiro, e por outros vários países do mundo".

Na mesma nota, a Fiesp informa que a China "não é uma economia de mercado". "A constatação desse fato tem permitido às empresas brasileiras provar suas perdas com importações feitas a preços de dumping. Ao confrontar os valores de

mercado praticados internacionalmente, essa realidade fica bem clara".

Nem mesmo as promessas de Furlan foram suficientes para a Fiesp. "Embora o governo tenha manifestado não abrir mão de salvaguardas ou da aplicação de regras antidumping, esse posicionamento certamente restringirá a aplicação de medidas na defesa comercial do país que, justificadamente, visam equilibrar os negócios internacionais na atual fase de liberalização", diz a nota.

Já o presidente da Abrinq (associação dos fabricantes de brinquedos) aprovou a decisão do Brasil atribuir o "status de economia de mercado" para a China. Ele não teme que o país seja bombardeado por uma invasão de produtos piratas chineses. "A entrada de piratas no nosso mercado independe do status de mercado que o Brasil dará ao país asiático. Não é isso que vai aumentar ou diminuir a pirataria". O empresário disse que o acordo comercial pode até beneficiar a guerra do Brasil contra a pirataria. "Fica mais fácil agora exigir da China o cumprimento de acordos internacionais. Antes, a China não estava organizada, não sabíamos com quem dialogar. O país terá de se organizar para participar da economia internacional".

Em uma análise das relações comerciais entre a China e o Brasil, percebe-se um crescimento significativo do fluxo de produtos nos últimos 5 anos. Isso tornou a China o terceiro mais importante mercado na pauta das exportações brasileiras atrás somente dos Estados Unidos e da União Européia. De fato, entre os anos de 1999 e 2003, as exportações brasileiras para a China cresceram 11 vezes mais rápido do que o total. A China subiu de 1,4% para 6,2% na pauta de exportações. Do lado oposto, o fluxo de exportações chinesas para o Brasil também tem sido impressionante. Estas cresceram 150% em um período em que as importações Brasileiras encolheram 1,9% no total.

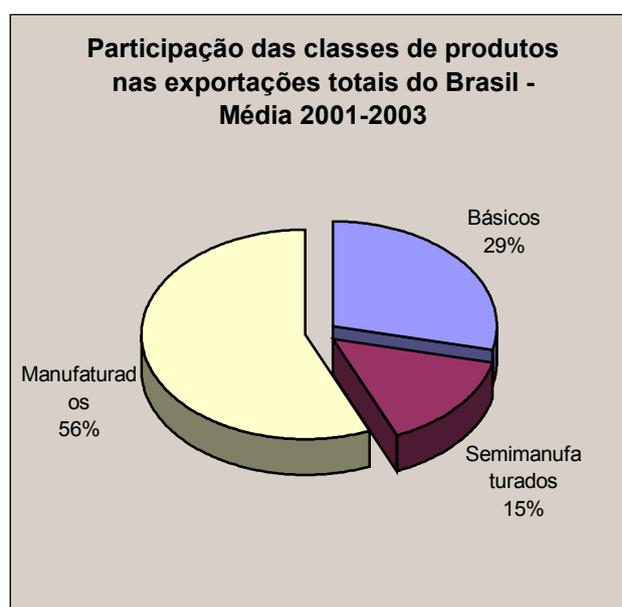
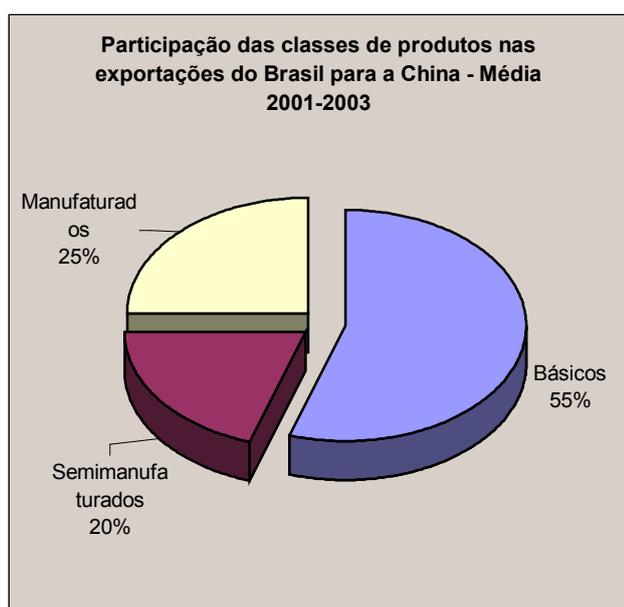
O crescimento em média de 9,5% da

economia chinesa entre 1978 e 2003 tem sido acompanhado por uma maior inserção da China no comércio internacional. Nos últimos dez anos, as vendas externas chinesas cresceram a uma taxa de 16,9% contra 7,1% das exportações mundiais e 6,6% do Brasil. Em 1980, a participação chinesa nas exportações mundiais era de 0,96%, hoje é de 5,86%. As importações também seguem um ritmo parecido e crescem a uma taxa de 14,8%, em média.

Em certa parte, o comércio bilateral Brasil-China vem sendo impulsionado por este crescimento chinês e o fluxo comercial entre os dois países tem crescido, em média, 20% ao ano, passando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 6,7 bilhões. Mas estes dados revelam que o crescimento deste comércio foi acima da taxa de crescimento comercial total dos dois países e, assim, não é um mero reflexo deste. Este decorre do maior grau de penetração dos produtos brasileiros e dos produtos chineses em ambos os mercados embora os números ainda sejam modestos comparados com outros parceiros comerciais dos dois países. Como resultado, o Brasil vem acumulando

grandes superávits comerciais com o país asiático e sua participação no mercado chinês triplicou passando de 0,43% em 1999 para 1,27% em 2003.

As condições das trocas entre os dois países, entretanto, é bastante distinta. As exportações brasileiras para a China são bem concentradas em produtos básicos o que torna a China um caso atípico, já que, para o resto do mundo, as exportações brasileiras são um pouco mais concentradas em manufaturados. Além disso, há concentração também na pauta destes produtos básicos que são principalmente a soja e o minério de ferro (corresponderam juntos a 40% das vendas brasileiras em 2003 e responderam por 70% da receita). Esta concentração ocorre desde 1985 e mostra que não houve uma recomposição na pauta de exportações brasileiras para a China desde então. Entretanto, nos últimos anos, segundo relatório da Funcex (Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior), mesmo produtos com participação reduzida têm aumentado sua margem de participação no mercado chinês.



Já a China exporta para o Brasil diversos produtos, com predominância nos manufaturados. Um exemplo da diversificação das exportações chinesas é que os dez principais produtos da pauta chinesa de exportações para o Brasil corresponderam por menos de 37% do total importado por este..

O ponto é que, como os produtos chineses têm maior valor agregado, postos de trabalho seriam perdidos pelo Brasil em setores em que o Brasil começa a despontar ou os chineses têm maior vantagem competitiva (calçados, por exemplo). Assim, além dos produtos, o Brasil importaria também o desemprego. Como dizem os opositores do acordo, “o governo vai cumprir sua promessa na criação de 10 milhões de empregos, só que para os chineses”. Isso porque, apesar de complementares, as economias têm setores rivais. Principalmente em produtos manufaturados intensivos em trabalho ou fazendo uso de economias de escala.

Em relatório, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que, nos produtos já exportados pelo Brasil e importados pela China em volumes significativos, há uma grande possibilidade de expansão das exportações brasileiras. Selecionando-se os produtos cujo valor exportado mundialmente fosse superior ou igual ao valor médio das exportações brasileiras e fazendo-se o mesmo com os produtos de importação mundial chinesa chegaram a uma interseção de 75 produtos que o Brasil é competitivo e apresenta volume significativo de exportação assim como as importações chinesas. Dentre estes produtos o Brasil é o sexto fornecedor mundial para a China. O valor das importações chinesas destes 75 produtos é mais de 13 vezes superior às exportações do Brasil para a China destes. Essa enorme diferença sugere a “existência de um potencial significativo a ser explorado

pelos exportadores brasileiros” segundo o relatório. Além disso, como os produtos manufaturados respondem por apenas 25% das vendas para a China enquanto no mundo é 56% aí está a maior possibilidade de expansão conclui o relatório.

O comércio entre as duas economias tem um grande potencial. Seria formidável para as economias que este potencial passasse a ser efetivamente utilizado. O encontro dos presidentes sugere que ambos estão empenhados em ampliar as relações comerciais bilaterais. A abertura econômica chinesa aos produtos do Brasil pode ser bem aproveitada e contribuir para a sustentação das exportações brasileiras, mas o custo disso pode ser a retração de setores sensíveis e estratégicos da economia brasileira.

Referência

Sites

BBC Brasil -

<http://www.bbcbrasil.com.br>

Folha de São Paulo Online -

<http://www.folhaonline.com.br>

Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - <http://www.funcex.com.br/>

Confederação Nacional de Indústria - <http://www.cni.org.br/>

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - <http://www.fiesp.org.br/>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil - <http://www.mre.gov.br>

Brasil, Argentina e México: semelhanças e diferenças no contexto de crescimento econômico da América Latina

Resenha
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Jéssica Naime
21 de outubro de 2004

Brasil, Argentina e México, embora apresentem crescimento econômico similar aos demais países da América Latina, apresentam características próprias deste processo de crescimento. Nos três casos, a recuperação econômica se deu via incremento na balança comercial.

Acompanhando o ritmo de crescimento dos países da América Latina em 2004¹, Brasil, Argentina e México apresentam perspectivas de crescimento econômico de cerca de 4% para 2004, após um longo período de recessão observado principalmente na década de 90. Cada um dos três casos apresenta uma trajetória diferente no contexto da América Latina, no entanto a necessidade de maiores investimentos é uma constante no que se refere à sustentabilidade e maiores taxas de crescimento.

No caso brasileiro, a alteração relativa nos preços via desvalorização cambial gerou um ambiente mais propício às exportações, culminando também numa redução das importações. A supervalorização cambial ocorrida com o Plano Real entre 1994 e 1998 resultou em uma situação de altos déficits fiscais e da balança comercial que só pôde ser contornado com a desvalorização cambial e a adoção de taxas de câmbio flexíveis a partir de 1999. Segundo relatório da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento), no período ente 1994/97 o volume das exportações cresceu apenas 11%. Já em 2003, com a adoção de taxas de câmbio mais competitivas, o crescimento das exportações foi 64% maior do que seu nível antes da desvalorização em 1998. As importações contraíram-se em 15% entre 1998 e 2003, alternando de um déficit de US\$ 7 bilhões para um superávit de US\$ 25 bilhões.

Por outro lado, o consumo interno não acompanhou o aumento nas exportações. Isso se deu por causa de uma queda nos salários reais entre 2000 e 2003, além de uma taxa de desemprego de 13%, atingindo seu ápice em abril de 2003, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Um outro fator que interferiu na demanda interna do país foram as altas taxas de juros fixadas pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) que em maio de 2003 chegava a 26,5%, mantidas nesse patamar como forma de conter a inflação e o ataque especulativo sofrido pela economia brasileira em 2002.

Assim, como muitos países na América Latina, o Brasil superou sua crise através

dos superávits na balança comercial alcançados a partir da desvalorização cambial. Segundo analistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil vem adotando políticas macroeconômicas que caminham para um ambiente de crescimento sustentado de longo prazo. Isso por que adotou uma política monetária contracionista e taxas de juros mais altas de forma a manter níveis controlados de inflação, e ainda optou por altos superávits fiscais – maiores dos que os sugeridos pelo FMI – com vistas ao pagamento da dívida pública. Contudo, superávits fiscais elevados implicam redução dos gastos e investimentos públicos. Desta forma, um crescimento sustentado necessitará de maiores investimentos, conforme recomendam analistas do FMI.

Na Argentina, a atual situação deve ser compreendida considerando a crise por que passou o país em 2001, segundo o Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 2004 da UNCTAD. John Williamson, reconhecido economista e consolidador das idéias do chamado Consenso de Washington que teve lugar em 1989, acredita que a Argentina manteve taxas de câmbio sobrevalorizadas por mais tempo do que poderia suportar sua economia – mantendo a paridade entre o dólar e o peso, gerando assim o *default* da crise em 2001. Assim, de forma a auxiliar na recuperação da economia argentina, era necessário atrair capitais estrangeiros que só se concretizaria via ajuste estrutural.

Seis meses após a desvalorização do peso, a economia do país já dava sinais de recuperação, acabando com uma recessão de quatro anos. Em 2002 a redução das importações desempenhou importante papel na economia argentina, e o crescimento de 8,8% do Produto Nacional Bruto (PNB) em 2003, segundo a UNCTAD, pode ser explicado devido ao aumento dos investimentos e do consumo privado. Os setores que mais têm impulsionado a economia são a indústria

e a agricultura, com um crescimento de 16% e 7% respectivamente em 2003. Tal fato culminou com a redução das taxas de desemprego de 21,5% em maio de 2002 para 14,5% em finais de 2003.

Desta forma, assim como no Brasil, a reestruturação da economia argentina se deu via ampliação das exportações a partir da desvalorização cambial. A previsão da UNCTAD de crescimento de 7% para 2004 se dá em grande medida por causa da recuperação pós-crise. Entretanto é válido lembrar que o país conseguiu atingir tal taxa de crescimento por não está pagando todas suas dívidas. Além disso, dois outros problemas podem afetar o crescimento da economia do país: a falta de investimentos em energia, com a possibilidade de falta no suprimento, e uma maior reserva para o pagamento de dívidas.

Para um crescimento sustentado, da mesma forma que o Brasil, a Argentina deverá promover maiores investimentos, tanto públicos como privados, e que, segundo o relatório da UNCTAD, deverão ser financiados principalmente com recursos domésticos, oriundos de superávits fiscais, lucros do setor privado e crédito interno. O atual governo pretende manter uma taxa de superávit de no máximo 3% do PNB, acreditando que taxas superiores podem interferir negativamente no processo de crescimento pelo qual passa o país.

No México ocorre o contrário do observado no Brasil e Argentina no que tange ao aumento das exportações. Por causa de uma desaceleração da economia estadunidense, um dos principais parceiros comerciais do país, as exportações mexicanas sofreram queda em 2001 e 2002. Porém, quando os Estados Unidos voltaram ao ritmo normal, em 2003, as exportações mexicanas não sofreram as conseqüências: por causa da valorização do peso mexicano observada entre 1995 e 2002, suas manufaturas se tornaram menos competitivas no cenário

internacional frente os bens dos demais países em desenvolvimento.

As conseqüências da redução do volume comercial do México são percebidas na redução do consumo interno, que conseqüentemente levou a uma desaceleração da atividade comercial, interferindo na formação de capital.

De acordo com a UNCTAD, a recuperação econômica do México só foi possível então em 2004, com um maior aumento das exportações em decorrência do crescimento econômico estadunidense, e uma alta nos preços do petróleo no mercado internacional. A expectativa da organização é de um crescimento de 3,5% do PNB mexicano em 2004. Entretanto, um crescimento mais sustentado irá requerer reformas das políticas monetária e fiscal, sendo essas orientadas para o crescimento econômico, conforme aponta a UNCTAD. Isso tudo atrelado a um estímulo para aumentar a demanda doméstica.

Desta forma, fica clara a dependência dessas três economias no setor externo. As alterações nos rumos da economia mundial representam forte influência nas economias domésticas Argentina, brasileira e mexicana, o que deixa os países mais suscetíveis às crises internacionais.

A recuperação das economias dos três países foi então possível, devido à desvalorização cambial e a adoção de taxas de câmbio mais flexíveis. Essa alteração na política econômica permitiu uma ampliação das exportações e uma redução das importações, na medida em que se alteraram os preços relativos dos bens importados. Assim, o resultado foram balanças comerciais mais favoráveis e a entrada de divisas para os Estados.

Referência

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para reforma econômica na América Latina.** Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf> Acessado em 14/10/04.

[BBC Brasil](#)

[Bom Dia Brasil](#)

[UNCTAD](#)

¹ Ver também "[As taxas de crescimento da América Latina voltam a subir](#)"

Ofensiva militar israelense à Faixa de Gaza e atentados terroristas no Sinai

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
21 de outubro de 2004

Durante 17 dias, o governo israelense empreendeu uma ofensiva militar à Faixa de Gaza responsável pela morte de cerca de 115 palestinos. Dias após o início da operação, por volta de 26 turistas israelenses foram mortos em atentados terroristas a balneários localizados na Península do Sinai, no Egito.

O governo de Israel realizou uma ofensiva militar de 17 dias à Faixa de Gaza cujo objetivo, segundo autoridades israelenses, teria sido impedir que militantes do grupo islâmico Hamas utilizassem a área como base para seus ataques ao sul do país por meio do lançamento de foguetes Qassam. A operação, insuflada pela morte de duas crianças israelenses atingidas por tais foguetes, recebeu a denominação de “Dias de Penitência”. Comandantes do grupo foram mortos e locais de fabricação dos referidos foguetes foram destruídos. Estima-se que a operação tenha resultado na morte de cerca de 115 palestinos.

No dia 15 de outubro, iniciou-se o recuo das tropas israelenses da Faixa de Gaza. O governo de Israel sustenta que o objetivo da incursão foi cumprido. Contudo, militantes palestinos teriam declarado que a retirada significaria uma vitória expressiva de seu movimento. Analistas internacionais avaliam que o objetivo da ofensiva israelense seria enfraquecer o Hamas antes da consecução do plano de retirada dos assentamentos e tropas israelenses da região, subtraindo-lhe uma

das últimas alternativas de ataque a Israel: o lançamento de foguetes Qassam. Por outro lado, as declarações do Hamas sinalizariam para uma tentativa de convencimento da população palestina de que o plano de retirada representaria uma vitória à sua causa decorrente das ações do referido grupo na região.

Nesse sentido, opositores à retirada unilateral da Faixa de Gaza sustentam que esta equivaleria a uma concessão do governo israelense aos grupos terroristas palestinos. Além disso, especula-se que, se levado a cabo, o plano resultaria em uma maior liberdade de utilização da área como base para ataques terroristas a Israel, argumentos estes que poderiam contribuir para uma possível rejeição do plano por parte do parlamento israelense. Não obstante, o primeiro ministro Ariel Sharon continua empreendendo esforços no intuito de angariar apoio ao plano de retirada no âmbito do parlamento israelense. Sua submissão à votação do parlamento está prevista para o dia 25 de outubro de 2004.

Paralelamente à escalada de violência em Gaza, no dia 7 de outubro de 2004, turistas

israelenses foram alvo de atentados terroristas em balneários localizados às margens do Mar Vermelho na Península do Sinai (Egito), que vitimaram cerca de 26 pessoas, deixando, ainda, 160 feridas. Autoridades dos serviços de inteligência israelenses já haviam alertado para a possibilidade de ataques terroristas na região. Entretanto, cerca de 12.000 israelenses encontravam-se no Sinai no dia das explosões.

O governo israelense rejeitou a existência de qualquer relação entre as operações na Faixa de Gaza e os ataques terroristas no Sinai, em função da proximidade entre o Hamas, principal grupo atuante na região, e o governo do Egito, o que constrangeria a atuação deste em território egípcio. Com efeito, o referido grupo negou a autoria dos atentados. Teria declarado, no entanto, que estes eram resultado da “agressão sionista contra os palestinos”.

Embora seja incerta a autoria dos atentados, há indícios referentes à participação do grupo terrorista Al Qaeda, o que, diante da letalidade dos ataques no Egito em contraposição ao baixo número de mortos resultantes dos atentados perpetrados pelo Hamas, apontaria para um ganho de influência na região por parte daquele grupo em detrimento deste último.

Especula-se que os recentes desdobramentos poderiam resultar em uma atuação conjunta dos governos israelense e egípcio no estabelecimento de medidas de combate à atividade terrorista na fronteira entre os dois países. O incondicional apoio egípcio à causa palestina poderia sofrer abalos, dada a ameaça imposta pela atuação terrorista no Egito à segurança nacional deste país, bem como à estabilidade do governo de Hosni Mubarak e da economia da região, dependente do turismo em grande medida. A colaboração do governo do Egito seria de primordial importância na contenção do tráfico de armas que, escoadas por seu território, abastecem o

conflito na Faixa de Gaza.

Referência

[BBC](#)

[Jornal Folha de São Paulo](#)

[The Jerusalem Post](#)

[The New York Times](#)

[www.haartez.com](#)

Ver também:

26/08/2004 - [Ariel Sharon X Likud: novos e antigos obstáculos à consecução do plano de retirada de Gaza](#)

12/08/2004 - [Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia](#)

10/06/2004 - [A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense](#)

03/06/2004 - [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel](#)

13/05/2004 - [Likud rejeita plano de Sharon](#)

OPEP, Clima, Geopolítica e o Petróleo

Resenha
Economia e Comércio / Integração Regional / Desenvolvimento

Daniel Mendes
21 de outubro de 2004

Apesar do aumento da produção fatores climáticos e geopolíticos são os principais responsáveis para o aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

A 132ª Conferência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi realizada em Viena, Áustria, no dia 15 de setembro de 2004, sob a direção do presidente da organização, Dr. Purnomo Yusgiantoro, ministro da energia e recursos minerais da Indonésia. A conferência destacou a importância de maior efetividade na cooperação entre os países produtores membros da OPEC e aqueles que não fazem parte da organização, de modo a manter o preço do petróleo em um patamar aceitável para produtores e consumidores.

Ao analisar o corrente mercado de petróleo, a conferência destacou quais os principais fatores que estão pressionando o preço do barril no mercado internacional. São eles o aumento, mais cedo do que o normal para a época do ano, da demanda de países como os EUA, China e países asiáticos (na China, a demanda hoje é 20% maior que no ano passado), fatores geopolíticos e a preocupação de que a produção possa ser insuficiente para atender a demanda.

Além disso, a Conferência observou que as ações da OPEP têm sido eficazes em assegurar o abastecimento do mercado em um nível aceitável resultando que os estoques comerciais dos países da OECD

se elevassem a níveis próximos aos normais. Mesmo assim decidiu-se na reunião aumentar o nível da produção do petróleo em 1 milhão de barris por dia como uma tentativa de estabilizar o preço do petróleo em US\$ 38 o barril.

Levando em consideração as perspectivas para 2005 e suas concomitantes incertezas, e a importância de manter a estabilidade do mercado de petróleo para o benefício da economia mundial, foi resolvido que haverá uma reunião extraordinária em 10 de dezembro de 2004 em Cairo, Egito.

Os preços do petróleo têm estado acima das metas estabelecidas pela OPEP durante todo o ano. A oferta oficial da entidade agora chega a 27 milhões de barris diários. Mas esta decisão de aumentar a produção teve um impacto mínimo sobre o preço do produto no mercado. Isso porque, tradicionalmente, os países já oferecem ao mercado uma produção acima da margem estabelecida pela organização. Hoje, essa produção adicional extra-oficial - que fica fora dos registros da OPEP - é calculada em 2 milhões de barris diários. Ou seja, o aumento de um milhão de barris poderia significar apenas a inclusão desse volume no cálculo da organização.

Desde a data da reunião o preço do petróleo continua se elevando tendo

chegado a manhã de 28 de setembro ao patamar de US\$50. Fatores econômicos, climáticos e geopolíticos fundamentalmente estão pressionando o preço do barril.

Na área econômica a crise da gigante petroleira russa Yukos é o fator mais grave. Responsável por um quinto do petróleo extraído da Rússia, a empresa teve suas contas congeladas pelas autoridades do país que cobram US\$ 3,4 bilhões em impostos retroativos a 2000. A empresa também está proibida de vender seus bens para se adequar ao sistema tributário. Oficiais de justiça também ameaçaram tomar uma unidade de produção, a Yuganskneftegaz, como parte do processo fiscal.

O resultado disso foi a interrupção das exportações para a maior companhia de petróleo da China. Segundo a empresa, a decisão de suspender a maioria dos carregamentos foi resultado de problemas enfrentados para pagar os custos da exportação e das ferrovias depois que as contas bancárias foram congeladas.

Os furacões que têm atingido o golfo do México também empurraram o preço para cima. "Acredita-se que o furacão Ivan atrapalhou a produção de petróleo dos Estados Unidos e permanecem as preocupações sobre uma interrupção potencial de oferta nos EUA", disse um corretor de petróleo que opera na Ásia.

Já os fatores geopolíticos são os que mais preocupam os negociadores internacionais. Entre eles estão a violência no Oriente Médio, tensões étnicas na Nigéria e greves na Venezuela.

Milícias armadas avisaram os trabalhadores estrangeiros do Delta do Niger, na Nigéria, para sair da região. Os militantes deram um prazo até 1º de outubro para que as companhias estrangeiras suspendam a produção de petróleo ou haverá uma guerra total. O líder da Força Voluntária do Povo do Delta do Niger, Dokubo Asari disse que os trabalhadores poderão voltar apenas

quando os problemas fundamentais sobre controle de riquezas e autodeterminação estiverem resolvidos. As lutas ficaram mais intensas neste mês depois que os militares lançaram uma grande operação contra o grupo

Tudo isso remete ao fato de que, no curto prazo, dificilmente o preço do petróleo vai cair a para níveis próximos a US\$30 como no ano de 2003. O impacto disto pode ser a diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial e o aumento da inflação global.

Referência

[BBCBRASIL](#)

[CNN](#)

[OPEP](#)

Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti

Resenha
Segurança / Integração Regional

Gabriel Pereira
22 de outubro de 2004

Desde o final de setembro, confrontos entre partidários do ex-presidente Aristide e a polícia já deixaram mais de 50 mortos no Haiti. O agravamento da crise desafia a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

No dia 30 de setembro – data de aniversário do golpe militar que retirou o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide do poder pela primeira vez em 1991 – violentas manifestações aconteceram nas ruas da capital haitiana, Porto Príncipe, quando simpatizantes de Aristide pediram sua volta. Desde então, os confrontos entre grupos favoráveis e contrários ao ex-presidente se agravaram, com a crescente demanda dos primeiros pelo retorno do ex-líder haitiano. Os confrontos entre os partidários do ex-presidente e a polícia já registram mais de 50 mortes.

No início desse ano, a crise política no Haiti atingiu seu ápice quando grupos rebeldes contrários a Aristide tomaram alguns pontos do Haiti e exigiram a renúncia do presidente. (ver Situação Emergencial no Haiti) A exigência acabou sendo atendida e desde fevereiro Aristide está exilado na África do Sul. O governo interino atribuiu a violência recente a grupos que apoiam o ex-líder haitiano e La Tortue (primeiro-ministro interino) acusa Aristide de armar até mesmo crianças. Além disso, o governo ainda afirmou que a África do Sul contraria as leis internacionais ao permitir que o exilado incite a violência. Tanto o ex-

presidente quanto um oficial do governo sul-africano negaram tais acusações.

A crise no Haiti – que é o país mais pobre das Américas – ainda contou com um agravante nefasto: a passagem de tempestades tropicais, que deixaram um saldo de quase 3 mil mortos. Na cidade mais atingida pela tempestade, Gonaives, ao norte do Haiti, mais de 100 mil pessoas passaram a depender de alimentos de agências humanitárias. Além disso, o aumento da violência em Porto Príncipe tornou a situação ainda mais dramática, uma vez que a instabilidade na cidade durante as últimas semanas tem prejudicado o trabalho de distribuição dos alimentos. Algumas empresas de transporte marítimo estão se recusando a atracar seus barcos no porto da capital haitiana e o Programa de Alimentação das Nações Unidas pensa na possibilidade de desembarcar os alimentos na vizinha República Dominicana.

Outra consequência do agravamento da crise haitiana foi o adiamento da visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevista para o fim de novembro. Os objetivos da missão do FMI eram discutir, entre outras coisas, a renovação de um programa de monitoramento econômico, o orçamento

atual e uma assistência emergencial pós-conflito. O oficial de imprensa do FMI para a América Latina, Francisco Baker, disse que agora está tudo em suspenso, e que as atividades serão retomadas assim que as condições de segurança permitirem.

Diante desse cenário delicado, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi invocada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os desafios desta missão liderada pelo Brasil são muitos, uma vez que existem muitas tarefas a serem executadas e poucos efetivos (ver Tropas brasileiras no Haiti). Os objetivos da missão são: garantir um ambiente seguro e estável, fomentar a governança democrática e o desenvolvimento institucional, ajudar o Governo de Transição a organizar eleições municipais, parlamentares e presidencial livres e justas o mais rápido possível, fortalecer as leis e apoiar as instituições e grupos de direitos humanos do país.

Atualmente, o contingente liderado pelo general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira é de 3.103 soldados, mas o total autorizado pelo conselho de segurança foi de 6700 soldados. Além disso, estava previsto um número de 1200 policiais e, no entanto, atualmente esse contingente é de 650. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Chanceler Celso Amorim, insistiu que o sucesso da operação depende do reforço previsto. As pressões diplomáticas têm sido reforçadas para que os demais países enviem as tropas acordadas. O general Heleno disse que espera contar com 6000 soldados até o fim do ano, totalizando 90% das tropas. Até hoje, os Capacetes Azuis, como são conhecidos os soldados da ONU, estão divididos entre a ajuda humanitária e o patrulhamento das ruas de Porto Príncipe, juntamente com a polícia local. Ainda não foi registrada nenhuma morte dos soldados a serviço da ONU.

Um fato curioso da crise recente foi o pronunciamento do general Heleno

Ribeiro de que um discurso do candidato John Kerry teria contribuído para a atual onda de violência no Haiti. De acordo com o general brasileiro, o senador Kerry teria criado "falsas esperanças" entre os simpatizantes do ex-presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide sobre o retorno do mesmo ao país. O discurso do candidato democrata à Casa Branca sobre a questão no Haiti ocorreu no início do ano, quando um levante popular forçou Aristide a deixar o Haiti. O Itamaraty, tentando evitar qualquer constrangimento, divulgou uma nota com declarações do general Heleno. "Como soldado, sou absolutamente apolítico. Lamento que minhas palavras tenham sido mal-interpretadas e mal-compreendidas. Foram consideradas fora do contexto no qual foram ditas. Não tive a intenção de interferir na política interna de nenhum país membro das Nações Unidas. As declarações são minhas e não refletem a posição do Brasil nem das Nações Unidas", diz a mensagem.

Referência

[BBC Brasil](#)

[Folha Online](#)

[MINUSTAH](#)

Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente

Resenha
Segurança

Wesley Robert Pereira
28 de outubro de 2004

No sábado, dia 9 de outubro, pela primeira vez a população do Afeganistão escolhe seu governante pelo voto direto. Ademais dos diversos problemas ocorridos, autoridades internacionais acreditam que o país está em direção à democracia.

O Afeganistão passou pelo seu primeiro processo de eleição presidencial onde o atual presidente, Hamid Karzai, foi escolhido para ocupar o cargo. Karzai, candidato independente, assumiu o poder após a deposição do Taleban em 2001 pelos EUA. Para poder governar ele constituiu uma coalizão que conta com membros da Aliança do Norte (grupo armado adversário do Taleban) e possui o apoio estadunidense. Seu Ministro da Defesa, Mohammad Qasim Fahim, líder da organização político-militar mais importante do país, a Shura-e Nazar, e apoia o ministro da educação, o tadjique, Yunus Qanuni, principal adversário de Karzai.

Logo nos primeiros momentos do processo de votação, Yunus Qanuni declarou seu boicote às eleições, alegando que as mesmas teriam sido fraudadas. O seu argumento é que a tinta utilizada para marcar os dedos dos eleitores podia ser removida o que permitiria assim mais de um voto por eleitor. Mas segundo os organizadores das eleições tal problema foi rapidamente sanado e a ONU não viu motivos para suspender o pleito.

O chanceler alemão Gerhard Schroeder, o primeiro líder estrangeiro a visitar o Afeganistão desde as eleições de 9 de

outubro de 2004, declarou a vitória de Karzai antes mesmo da contagem final dos votos. Schroeder disse que a votação foi um grande passo rumo à democracia e estabilidade e predisse a vitória de Karzai.

Dos 99,7% dos votos apurados, Karzai obteve 55,4% enquanto Yunus adquiriu 16,3%. Seu mandato terá 5 anos de duração e as eleições legislativas ocorrerão em 2005. Nessa primeira eleição do Afeganistão os votos válidos totalizaram 8.026.222 e os não-válidos ficaram em 104.356. Mas segundo o jornal estadunidense *Washington Post* o número de eleitores que se registraram foi por volta de 10,5 milhões. Dos 18 candidatos que concorreram ao cargo de presidente apenas quatro eram apoiados por algum tipo de partido (os outros candidatos eram independentes). Alguns destes partidos são representantes de grupos políticos-militares ou possuem alguma relação com estes mesmos.

Os funcionários da ONU encarregados de conduzir o pleito e os próprios candidatos tiveram dificuldades de acesso às extensas áreas do país, sobretudo no requisito segurança. Já houve duas tentativas de assassinato quando Karzai e seu vice, Ahmed Zia Massoud, deixaram a capital para fazerem campanha no interior do país. Mais de 100 mil soldados, policiais, tropas dos EUA e outras forças de

segurança foram mobilizados para a contenção de ataques eventuais durante o processo de votação. Já a operação de logística para levar as eleições às suas diversas regiões remotas contou com a ajuda de helicópteros, aviões e até de burros. O custo para os diversos países interessados na estabilidade do Afeganistão foi de aproximadamente US\$ 200 milhões para organiza-las.

Apesar de todo o esforço para manter a segurança, uma seção eleitoral em um campo de refugiados no noroeste do Paquistão sofreu um ataque às vésperas do pleito. Os agressores jogaram granadas e dispararam tiros de fuzis contra a seção. Cerca de 740 mil refugiados foram cadastrados para votar e Karzai obteve 44% e 80% dos votos dos afegãos refugiados no Irã e no Paquistão, respectivamente.

Os líderes tribais agrupados na Aliança do Norte receberam de Karzai postos importantes no governo central. Várias lideranças políticas no país possuem relações com o comércio de drogas ilícitas, sobretudo da produção de heroína. De acordo com a ONU, nesse ano, a receita da droga será de US\$ 2,3 bilhões enquanto que a receita do governo central não chega a US\$ 300 milhões.

Os problemas observados nessa primeira eleição direta do Afeganistão são muitos. Desde problemas ligados à área da segurança e logística até a questões de fraude e de clientelismo. Na Província da Paktia, onde Karzai obteve 88% dos votos, cidadãos se registram inúmeras vezes para votar. Até crianças foram inscritas. O total de registros chegou a 170% das estimativas. Nas três províncias do sudeste do país, um conselho de 500 líderes tribais determinou no mês de setembro que todos os eleitores devessem votar em Hamid Karzai.

Outro problema foi a questão dos registros de partidos políticos. Segundo o *International Crisis Group*, o registro de partidos políticos tem procedido muito

lentamente, em parte devido à estrutura para registro que envolve um exame minucioso que passa por seis diferentes departamentos ou ministérios de governo.

Referência

Departamento de Estado dos EUA

<http://www.state.gov/>

Estado de Minas (UAI)

<http://ww.uai.com.br>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.uol.com.br/>

International Crisis Group

<http://www.crisisweb.org/>

Joint Electoral Management Body

<http://www.afg-electionresults.org/>

New York Times

<http://www.nytimes.com/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

